

**PLANO DE MANEJO DA RESERVA BIOLÓGICA DO CÓRREGO DO VEADO**

Brasília  
Março de 2019

Presidente da República

**Jair Bolsonaro**

Ministro do Meio Ambiente (MMA)

**Ricardo Salles**

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

**Adalberto Eberhard – Presidente**

Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN)

**Luiz Felipe de Luca de Souza – Diretor**

Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação (CGCAP)

**Ricardo Brochado Alves da Silva – Coordenador Geral**

Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo (COMAN)

**Ana Rafaela D'Amico – Coordenadora**

Reserva Biológica do Córrego do Veado (RBCV)

**Oswaldo Luiz Ceotto – Chefe**

## **CRÉDITOS AUTORAIS:**

### **Equipe de Planejamento/ICMBio**

- Lourdes M. Ferreira – Analista Ambiental da COMAN, Coordenadora
- Osvaldo Luiz Ceotto – Analista Ambiental, Chefe da Reserva Biológica do Córrego do Veado (RBCV)
- Katia Regina Aurich – Analista Ambiental, ICMBio

### **Contribuições**

- Alessandro de Oliveira Neiva – Engenheiro Ambiental, Voluntário

### **Participantes da Oficina de Finalização do Plano de Manejo**

- Osvaldo Luiz Ceotto – Chefe da RBCV
- Heleno Coelho Cardoso – Técnico Ambiental da RBCV, Servidor Aposentado
- Andressa Gatti – Representante do Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica (IPEMA)
- Joana Nodari – Representante da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
- Lourdes M. Ferreira – Analista Ambiental, COMAN/ICMBio
- Katia Regina Aurich – Analista Ambiental, ICMBio
- Alessandro de Oliveira Neiva – Engenheiro Ambiental, Relator, GeoPlan Consultoria Ambiental

### **Geoprocessamento e Cartografia**

- Katia Regina Aurich – Analista Ambiental, ICMBio

### **Moderação da Oficina de Finalização do Plano de Manejo**

- Lourdes M. Ferreira – Analista Ambiental, COMAN/ICMBio

### **Relatoria da Oficina de Finalização do Plano de Manejo**

- Alessandro de Oliveira Neiva – Engenheiro Ambiental, GeoPlan Consultoria Ambiental

### **Agradecimentos:**

Agradecemos ao Heleno Coelho, funcionário aposentado da RBCV, pelo conhecimento, informações e apoio nos trabalhos da oficina e do reconhecimento de campo. Agradecemos também à Silene Maria de Oliveira Alves, funcionária terceirizada da RBCV, que tão bem cuidou da alimentação dos participantes.

<b>SUMÁRIO</b>	
<b>MISSÃO DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE .....</b>	<b>05</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>05</b>
<b>ELEMENTOS DO PLANO DE MANEJO .....</b>	<b>06</b>
<b>HISTÓRICO DO PLANO DE MANEJO DA RESERVA BIOLÓGICA DO CÓRREGO DO VEADO .....</b>	<b>06</b>
<b><u>PARTE 1: COMPONENTES FUNDAMENTAIS</u> .....</b>	<b>07</b>
<b>FICHA TÉCNICA DA RESERVA BIOLÓGICA DO CÓRREGO DO VEADO .....</b>	<b>08</b>
<b>BREVE DESCRIÇÃO DA RESERVA BIOLÓGICA DO CÓRREGO DO VEADO .....</b>	<b>08</b>
<b>PROPÓSITO DA RESERVA BIOLÓGICA DO CÓRREGO DO VEADO .....</b>	<b>10</b>
<b>DECLARAÇÕES DE SIGNIFICÂNCIA .....</b>	<b>11</b>
<b>RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>12</b>
<b><u>PARTE 2: COMPONENTES DINÂMICOS</u> .....</b>	<b>13</b>
<b>SUBSÍDIOS PARA INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL .....</b>	<b>13</b>
<b>LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE DADOS E PLANEJAMENTO .....</b>	<b>14</b>
<b>ANÁLISE DOS RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>15</b>
<b>QUESTÕES-CHAVE .....</b>	<b>18</b>
<b>PRIORIZAÇÃO DAS NECESSIDADES DE DADOS E DE PLANEJAMENTO .....</b>	<b>18</b>
<b><u>PARTE 3: COMPONENTES NORMATIVOS</u> .....</b>	<b>20</b>
<b>ZONEAMENTO DA RESERVA BIOLÓGICA DO CÓRREGO DO VEADO .....</b>	<b>20</b>
<b>Zona de Preservação .....</b>	<b>21</b>
<b>Zona de Conservação .....</b>	<b>22</b>
<b>Zona de Uso Moderado .....</b>	<b>23</b>
<b>NORMAS GERAIS DA RESERVA BIOLÓGICA DO CÓRREGO DO VEADO .....</b>	<b>24</b>
<b>ATOS LEGAIS E ADMINISTRATIVOS .....</b>	<b>27</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>28</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>28</b>

## PLANO DE MANEJO DA RESERVA BIOLÓGICA DO CÓRREGO DO VEADO

### MISSÃO DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

A missão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é “proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental”.

O ICMBio é uma autarquia em regime especial. Criado em 28/08/2007, pela Lei nº 11.516, é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Cabe ao Instituto executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as unidades de conservação (UC) instituídas pela União. Cabe a ele, ainda, fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das UC federais. Segundo dados do ICMBio (ICMBio, 2017), atualmente são 324 UC federais sob sua gestão, perfazendo área total de cerca de 79 milhões de ha do território brasileiro. Ainda conforme o ICMBio, esse total corresponde a 9% do território continental protegido, sem contar as reservas particulares do patrimônio natural (RPPN), as quais totalizam 516.787ha.

### INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei nº 9.985/2000 (a Lei do SNUC), o plano de manejo (PM) é o documento técnico no qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da UC.

Um PM serve como referência fundamental para as decisões de manejo e planejamento em uma UC do sistema federal. Descreve a missão da UC ao identificar o seu propósito, a sua significância, os seus recursos e valores fundamentais, além de fornecer subsídios para interpretação ambiental. Também define seu zoneamento e normas, avalia as necessidades de dados e planejamento para a UC, além de identificar seus atos legais (ou regras específicas) e seus atos administrativos previamente existentes.

A elaboração do presente PM utilizou a metodologia atualmente adotada pelo ICMBio, para as UC federais, como consta em ICMBio (2018).

A principal vantagem da metodologia atual para elaboração do PM é a oportunidade de integrar e coordenar todos os tipos e níveis de planos e decisões, a partir de um entendimento comum do que é mais importante acerca da UC. O PM na metodologia atual possui as seguintes funções:

- Comunica, por meio de um documento tangível, o que é mais importante acerca da UC aos públicos e usuários (inclusive os servidores e funcionários).
- Concentra esforços nos recursos e valores prioritários para a proteção da UC, cruciais para atingir o seu propósito e manter a sua significância.
- Garante uma coerência na UC quanto aos planos e decisões, além de contribuir com programas e ações subsequentes para atingir o propósito da UC e outras missões.
- Serve de base para o desenvolvimento ou correção de todos os planos específicos subsequentes.
- Descreve as diretrizes do ponto de vista da política para recursos e valores-chave na UC.
- Identifica as condições, as ameaças e os problemas que a UC possui em seus recursos e valores-chave.
- Identifica e prioriza planos, estudos e ações de manejo que são necessárias para a UC.
- Fundamenta o processo decisório, usando recursos, instalações e mapas de zoneamento.

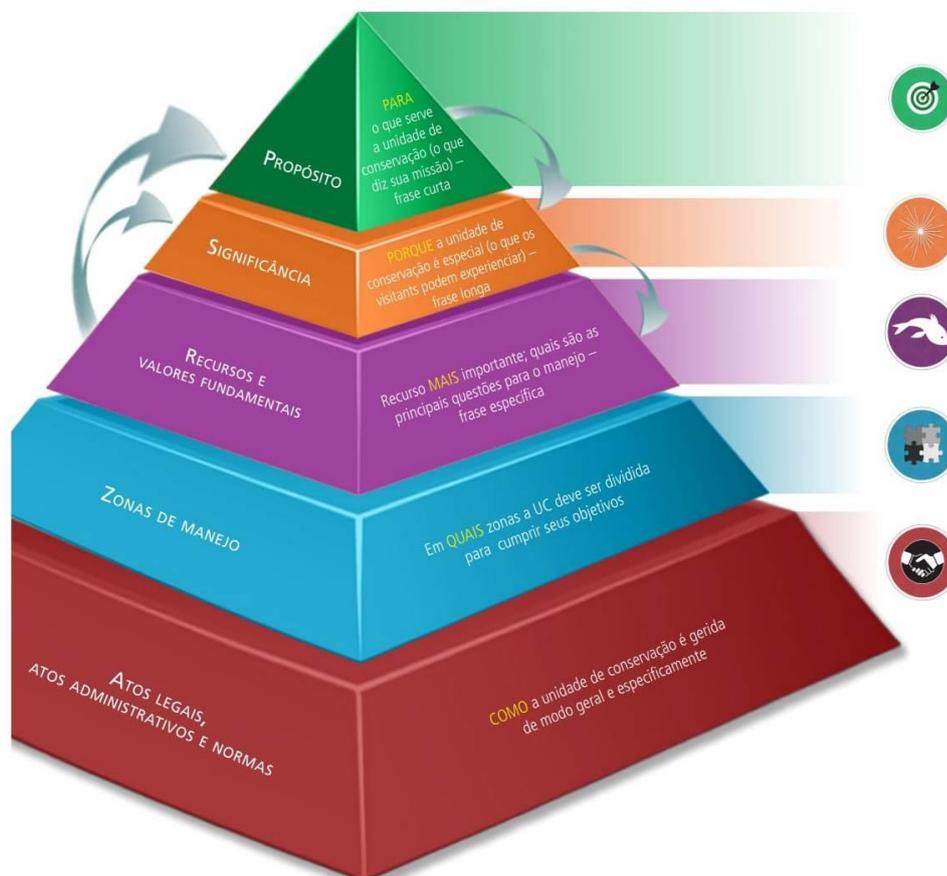
O PM deve incluir os seguintes elementos:

- Declaração de propósito
- Declarações de significância
- Recursos e valores fundamentais
- Subsídios para interpretação ambiental
- Avaliação das necessidades de dados e planejamento

- Questões-chave
- Zoneamento
- Normas Gerais
- Atos legais e administrativos

### ELEMENTOS DO PLANO DE MANEJO

A figura, a seguir, mostra as relações dos elementos de um PM na abordagem atua. Embora os elementos estejam compartimentados, é importante perceber que o desenvolvimento de um PM é um processo estruturado e que todos os seus elementos estão interligados.



#### Subsídios para Interpretação Ambiental

- São baseados no propósito e na significância da unidade de conservação
- São relatos chaves únicos à unidade de conservação
- São cruciais para interligar os recursos da unidade aos valores e significados fundamentais
- São eficazes em aumentar o entendimento e admiração do visitante pela unidade de conservação

### HISTÓRICO DO PLANO DE MANEJO

A revisão do PM da RBCV resulta de um esforço institucional de longos anos. Há mais de uma década, a revisão do PM foi prevista no contexto do Projeto Corredores Ecológicos (PCE), no Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), então gestor das UC federais. O PCE foi criado em função da grande importância ecológica e biológica de fragmentos da Mata Atlântica e das muitas ameaças às quais estavam submetidos. Como as UC do norte do ES abrangem fragmentos significativos, entendeu-se que a revisão

do PM da RBCV contribuiria para a segurança ambiental do remanescente de Mata Atlântica representado pela área da UC e entendido como sendo de grande importância.

Como resultado da parceria com o PCE, foram contratados e realizados os levantamentos de campo para a revisão do PM, que abrangeu os temas avifauna (Oliveira, 2012), mastofauna (Manduca, 2012), socioeconomia e áreas correlatas (Moscal, 2012) e vegetação (Bertoncello & Pansonato, 2012). Ainda, com foco na revisão do PM e atendendo os preceitos da metodologia vigente na época (Galante, Beserra & Menezes, 2002), foram realizadas as consultas externas, no escopo da abordagem participativa, constituídas das reuniões abertas à população local (RAP), cujos resultados encontram-se no relatório de Beserra (2012), e do seminário com pesquisadores (SCP), com resultados em Beserra (2012). Por último, utilizando-se todos os resultados obtidos nos estudos e levantamentos, foi contratada a elaboração dos encartes (capítulos) 1 (contextualização da UC), 2 (análise da região/entorno da UC) e 3 (análise da RBCV) do PM (Lopes, 2012a; 2012b; 2012c).

Os encartes consolidaram e completaram os dados que subsidiariam a elaboração do encarte 4, cuja abordagem é o planejamento, de acordo com a metodologia até então em vigor, mencionada a cima. A elaboração do encarte 4 e seus custos foram pactuadas como atribuição do gestor das UC federais, como contrapartida na parceria do PCE.

Concluídos os levantamentos e estudos mencionados acima, os dois gestores federais da RBCV (IBAMA e depois o ICMBio), cada um no seu tempo, enfrentaram muitas dificuldades em priorizar e dar andamento à conclusão do PM, o que dependia apenas da elaboração do encarte 4. Nesse ínterim, a RBCV passou a dispor de recursos oriundos da compensação ambiental, com pequena parcela destinada à conclusão da revisão do PM. Entretanto, mesmo com tais recursos, as iniciativas de fechamento do PM enfrentaram diversos entraves para o uso de tais recursos.

Durante o tempo transcorrido, foram feitas inúmeras tentativas para a elaboração do encarte 4, sem sucesso. Completando o cenário, o ICMBio foi acionado juridicamente pelo Ministério Público Federal (MPF), cuja sentença, de força executória, determinava que o ICMBio elaborasse o PM e definisse a zona de amortecimento (ZA) da RBCV, com multa diária pelo descumprimento. Apesar da sentença, a COMAN continuou a enfrentar muitas dificuldades e não conseguia vencer os problemas da contratação dos trabalhos e, em alguns casos, a falta de prioridade institucional. Buscando amenizar o efeito da sentença, a COMAN optou por definir a ZA primeiramente, culminando com a sua aprovação por meio da Portaria (ICMBio) Nº 27, de 15/04/2015.

Diante de tantos problemas e do longo tempo de espera para a conclusão do PM, nova metodologia para elaboração dos PM foi desenvolvida (ICMBio, 2018) e aprovada por meio da Instrução Normativa (ICMBio) Nº 07, de 21/12/2017. A nova metodologia foi usada para o fechamento da revisão do PM. Os resultados mencionados acima deram excelente suporte à elaboração do guia da oficina de finalização do PM (Aurich & Ferreira, 2018) e aos trabalhos de construção durante a oficina.

Com tal decisão pela adequação da revisão do PM na metodologia atual, foram necessários menos recursos financeiros e menos tempo para a conclusão do PM, e a RBCV passou a contar com o presente PM, um instrumento de gestão atualizado e em consonância com a visão atual do ICMBio.

## **PARTE 1: COMPONENTES FUNDAMENTAIS**

Os componentes principais de um PM incluem uma breve descrição da UC, o propósito da UC, as declarações de significância, bem como os recursos e valores fundamentais. Esses componentes são fundamentais porque eles geralmente não mudam com o tempo e devem ser considerados em planos e esforços de manejo futuros.

Quadro 1 – Ficha Técnica da Reserva Biológica do Córrego do Veado

<b>RESERVA BIOLÓGICA DO CÓRREGO DO VEADO</b>	
<b>Nome da Unidade de Conservação (UC):</b>	Reserva Biológica do Córrego do Veado (RBCV)
<b>Endereço da Sede da RBCV:</b>	Estrada Pinheiros – Pedro Canário, Km 10 – Córrego Santo Antônio – Pinheiros/ES
<b>Endereço para Correspondência:</b>	Caixa Postal Nº 07 – Pinheiros/ES – CEP: 29.980-000
<b>Fone/Fax:</b>	não possui
<b>E-mail:</b>	não possui
<b>Home page:</b>	<a href="http://www.icmbio.gov.br/portal/rebio-do-corrego-do-veado">www.icmbio.gov.br/portal/rebio-do-corrego-do-veado</a>
<b>Facebook:</b>	rebiocorregoveado
<b>Superfície:</b>	2.392ha
<b>Perímetro:</b>	26km
<b>Município com área dentro da RBCV:</b>	<b>Pinheiros: 2,42%</b> da área do município estão na RBCV, equivalendo a 100% da sua área.
<b>Municípios do entorno da RBCV:</b>	Pedro Canário e Montanha
<b>Estado Abrangido pela RBCV:</b>	Espírito Santo
<b>Coordenadas Geográficas:</b>	18°19'/18°31' Latitude Sul e 40°11'/40°14' Longitude Oeste.
<b>Data de Criação e Números dos Decretos:</b>	criado pelo Decreto (estadual) Nº 55, de 20/09/1948, com o nome de Reserva Florestal do Córrego do Veado e área de 2.400ha. Foi doada ao governo federal pela Lei (estadual) Nº 976, de 10/12/1955, cujo nome da Reserva Biológica do Córrego do Veado foi adotado em documentos oficiais, o que foi oficializado por meio do Decreto (federal) Nº 87.590, de 20/09/1982, pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Esse decreto unificou todos os documentos da doação, da criação, do nome e da descrição da área da UC. O Decreto (federal) Nº 89.569, de 23/04/1984, ratificou seus limites e redefiniu sua área para o tamanho atual.
<b>Bioma:</b>	Mata Atlântica
<b>Ecossistemas:</b>	Floresta atlântica de tabuleiros terciários (ou floresta atlântica de tabuleiro), floresta ombrófila densa, muçununga (floresta aberta), matas ciliares e nativos (ambientes campestres).

#### **BREVE DESCRIÇÃO DA RESERVA BIOLÓGICA DO CÓRREGO DO VEADO**

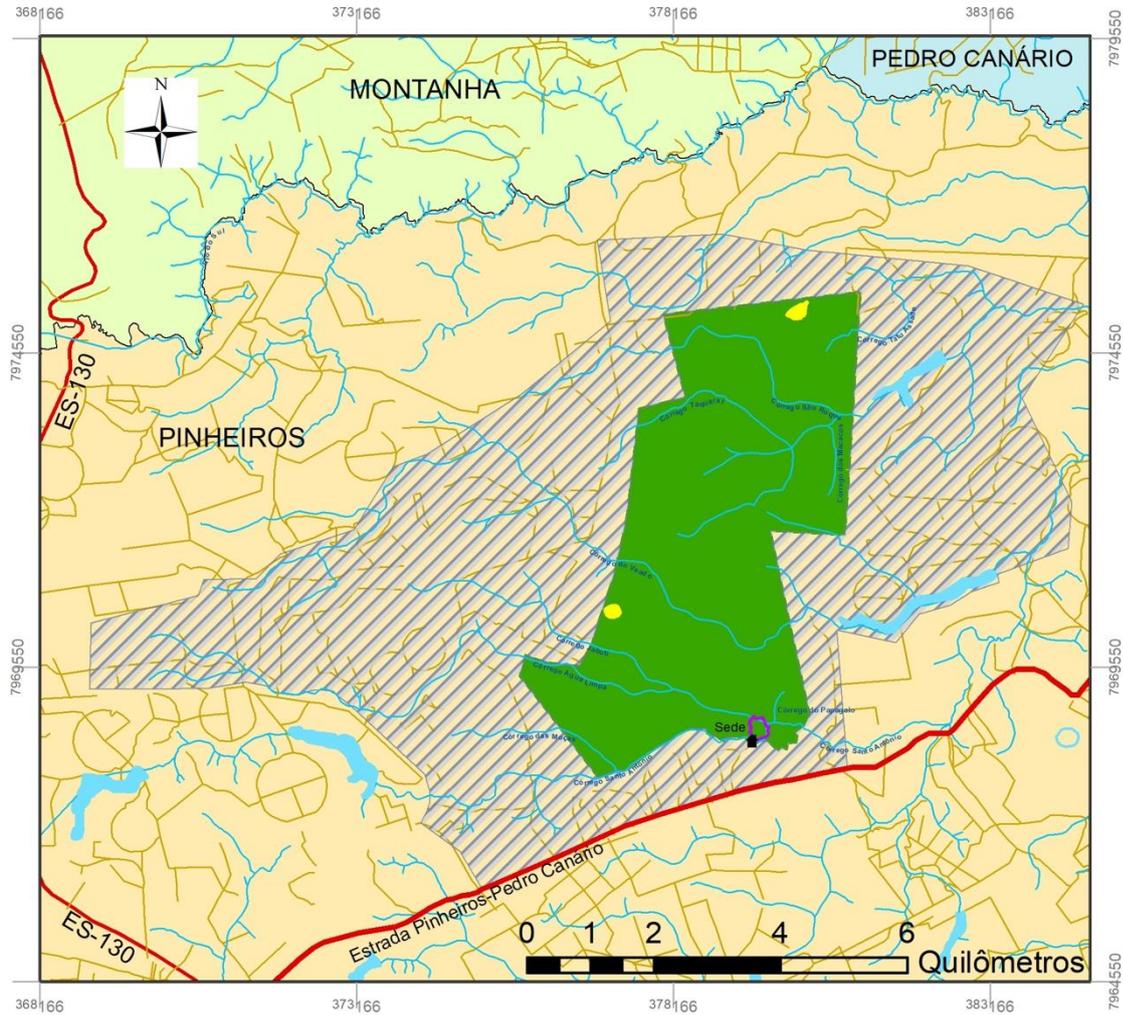
A RBCV, situada no município de Pinheiros/ES, foi criada em 20/09/1948, pelo Decreto (do governo do ES) Nº 55, com o nome de Reserva Florestal do Córrego do Veado e área de cerca de 2.400ha. Depois, a UC foi doada ao governo federal pelo governo do ES, por meio da Lei (estadual) Nº 976, de 10/12/1955.

Seu nome como Reserva Biológica do Córrego do Veado, já era adotado em documentos formais do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), então gestor federal das UC, que o oficializou muito tempo depois, por meio do Decreto-lei Nº 87.590, de 20/09/1982. Tal Decreto unificou todos os documentos da doação, da criação, do nome e da descrição da área da UC, que passou a ser de 1.854ha. Depois disso, o Decreto Nº 89.569, de 23/04/1984, ratificou seus limites e redefiniu sua área para 2.392ha (IBDF, 1979; Jorge-Pádua & Coimbra-Filho, 1979; Jorge-Pádua & Porto, 1979; Jorge-Pádua et al, 1982; Gonçalves, 2000).

Portanto, sua denominação como Reserva Biológica do Córrego do Veado foi adotada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), então gestor nacional das UC, décadas antes da emissão dos decretos citados. O IBDF sempre adotou o nome de Reserva Biológica do Córrego do Veado, como pode ser comprovado em diversos documentos históricos da instituição e da conservação ambiental brasileira.

A origem do nome da RBCV refere-se a um córrego que a cruza no sentido oeste-leste, mais ou menos no seu centro. Ainda, no local é conhecida a existência do veado-mateiro (*Mazama americana*) que também lhe confere tal denominação (Gonçalves, 2000).

## MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA REERVA BIOLÓGICA DO CÓRREGO DO VEADO



 <p><b>Ministério do Meio Ambiente</b>  <b>Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade</b>  <b>RESERVA BIOLÓGICA DO CÓRREGO DO VEADO</b></p>		<p><b>ESPÍRITO SANTO</b></p> <p>Reserva Biológica do Córrego do Veado</p> 								
<p>Fonte de dados: IBGE, ICMBio          Projeção: UTM Datum SIRGAS 2000 Zona 24 S          Escala: 1:120.000</p>										
<p>Elaborado por: Katia Regina Aurich          Data: janeiro 2019</p>										
<p><b>Convenções</b></p> <table border="0"> <tr> <td> Muçununga/Nativos (campos)</td> <td> Drenagem</td> </tr> <tr> <td> Reserva Biológica do Córrego do Veado</td> <td> Vias principais</td> </tr> <tr> <td> Zona de Amortecimento da Reserva Biológica do Córrego do Veado</td> <td> Vias secundárias</td> </tr> <tr> <td> Sede da Reserva Biológica do Córrego do Veado</td> <td> Trilha da Anta</td> </tr> </table>			 Muçununga/Nativos (campos)	 Drenagem	 Reserva Biológica do Córrego do Veado	 Vias principais	 Zona de Amortecimento da Reserva Biológica do Córrego do Veado	 Vias secundárias	 Sede da Reserva Biológica do Córrego do Veado	 Trilha da Anta
 Muçununga/Nativos (campos)	 Drenagem									
 Reserva Biológica do Córrego do Veado	 Vias principais									
 Zona de Amortecimento da Reserva Biológica do Córrego do Veado	 Vias secundárias									
 Sede da Reserva Biológica do Córrego do Veado	 Trilha da Anta									

A RBCV está inserida em região de clima tropical, com verão chuvoso e inverno seco. Os meses mais quentes vão de outubro a março (de 32°C a 34°C), e os meses mais frios vão de abril a setembro. A pluviosidade média anual varia entre 1.050mm a 1.150mm (Lopes, 2012c). A UC está na unidade geomorfológica denominada Tabuleiros Costeiros, constituídos de argila e areia (Gonçalves, 2000). A maior parte da drenagem nasce fora, no oeste, mas a UC conta com drenagem importante, como algumas nascentes do córrego Taquaral (como o córrego dos Macacos) e o córrego Tatu Assado, tributários do córrego São Roque, que cruza o norte da Reserva. O córrego do Veado nasce fora, no oeste, mas cruza a parte central da RBCV. A RBCV ainda é cortada pelos córregos dos Jabuti e Água Limpa, que se juntam dentro da UC, na sua área sul, e pelo córrego das Moças, que se juntam ao córrego Santo Antônio, limite sul da RBCV, recebem o córrego do Papagaio e saem da UC próximo à sede.

A vegetação da RBCV é um tipo especial de Mata Atlântica, típica do norte do ES e do sul da Bahia (BA), denominada floresta atlântica de tabuleiro terciário (ou simplesmente floresta atlântica de tabuleiro), onde predomina a ombrófila densa (Bertoncello & Pansonato, 2012) e enclaves amazônicos em pleno domínio da Floresta Atlântica. Trata-se de um dos últimos remanescentes de floresta da região, comportando espécies notáveis amostradas por esses autores, não sendo raros os registros novos de espécies novas, incluindo gêneros novos.

A região norte do ES é considerado um dos grandes centros de endemismo e diversidade da Mata Atlântica. Esses autores indicam com 7,4% das espécies têm distribuição disjunta, entre a Mata Atlântica e a Amazônia e cerca de 27% das espécies são endêmicas da região do sul da BA e do norte do ES. Outro aspecto particular é que o palmito (*Euterpe edulis*) forma touceiras na região, nada comum para o bioma Mata Atlântica. A barriguda (*Cavanillesia arborea*), presente na RBCV é típica do bioma Caatinga, mas ocorre nos solos férteis da UC. Características da floresta de tabuleiro e presentes na RBCV, ocorrem manchas de floresta aberta e ambientes campestres, a muçununga e o nativo, respectivamente, ambos sobre solos arenosos, secos ou úmidos, ricos em endemismos.

Em relação à mastofauna, a RBCV constitui-se em um dos últimos refúgios da anta (*Tapirus terrestris*), ocorrendo também a queixada queixada (*Tayassu pecari*) e a preguiça-comum (*Bradypus variegatus*). A avifauna é o mais exuberante e conhecido grupo da fauna da RBCV. Entre elas, podem ser citados o jaó-do-sul (*Crypturellus noctivagus*) o papagaio-chauá (*Amazona rhodocorytha*) e a jacupemba (*Penelope superciliaris*).

A principal atividade desenvolvida na RBCV é a pesquisa. Outras atividades incluem, em especial, as operações de fiscalização, que tentam prevenir e coibir atividades ilícitas, como o caso da caça, que ainda ocorre na RBCV; o monitoramento e a prevenção contra incêndios florestais e, por último, o desenvolvimento de atividade de sensibilização, conscientização e educação ambiental.

A RBCV encontra-se totalmente regularizada e não apresenta problema fundiário algum. Apesar disso, enfrenta algumas atividades conflitantes, especialmente advindas do entorno, como é o caso da demanda excessiva de água para as atividades agrícolas, existindo inúmeros pequenos barramentos no seu entorno imediato, questão que apresenta conflito de governança e desafios à gestão da UC. Além da caça, já mencionada, a UC enfrenta problemas de contaminação dos recursos hídricos por defensivos agrícolas usados no entorno, invasão de espécies exóticas e retirada de palmito, além dos riscos de incêndios.

#### **PROPÓSITO DA RESERVA BIOLÓGICA DO CÓRREGO DO VEADO**

O propósito de uma UC está baseado em uma análise cuidadosa da razão de sua existência, incluindo os estudos prévios à criação e a legislação, as quais influenciaram a sua implantação. A declaração de propósito estabelece o alicerce para o entendimento do que é mais importante acerca da UC e vai além de apenas reafirmar o decreto de criação.

Assim, o propósito construído para a Reserva Biológica do Córrego do Veado é:

**A Reserva Biológica do Córrego do Veado, no município de Pinheiros, foi criada em 1948 como medida urgente e necessária para a proteção de importante remanescente da floresta atlântica de tabuleiros terciários, com sua flora e sua fauna, que se encontravam em plena degradação na bacia do rio Itaúnas.**

### **DECLARAÇÕES DE SIGNIFICÂNCIA**

Declarações de significância expressam porque os recursos e valores de uma UC são importantes o bastante para justificar a sua criação e integração ao sistema federal de UC. Tais declarações devem estar diretamente associadas ao propósito da UC e tem base no conhecimento disponível, nas percepções culturais e no consenso. As declarações de significância descrevem a natureza única da UC, bem como por que a área é importante no contexto global, nacional, regional e sistêmico, inclusive pela provisão de serviços ecossistêmicos, que podem ser especificados. Tais declarações são usadas para orientar as decisões relativas ao manejo e ao planejamento, a fim de garantir que os recursos e valores que contribuem com a qualificação da UC sejam preservados.

A Reserva Biológica do Córrego do Veado conta com cinco declarações de significância:

1. A Reserva Biológica do Córrego do Veado é considerada de extrema prioridade para a conservação da biodiversidade, por conter áreas de alta riqueza de espécies endêmicas, ameaçadas e raras, além de ser área-núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Sua importância aumenta, pois constitui um grande centro de endemismo e diversidade. Entre as espécies, podem ser citadas jaó-do-sul (*Crypturellus noctivagus*), papagaio-moleiro (*Amazona farinosa*), flautim-marrom (*Schiffornis turdina*), macaco-prego (*Sapajus robustus*), gato-maracajá (*Leopardus wiedii*), ouriço-preto (*Chaetomys subspinosus*), braúna (*Melanoxylon brauna*) e peroba (*Paratecoma peroba*).
2. Um dos grandes herbívoros da floresta atlântica de tabuleiro nomeia a Reserva Biológica do Córrego do Veado. Outros grandes herbívoros a tornam única, pois ainda são encontrados nesse fragmento que se destaca na paisagem. Este é o caso da queixada (*Tayassu pecari*), da capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*), da preguiça-comum (*Bradypus variegatus*) e, surpreendentemente, da anta (*Tapirus terrestris*), a maior entre todos os herbívoros brasileiros.
3. No entorno, a oeste da Reserva Biológica do Córrego do Veado nascem diversos córregos, que atravessam a Unidade e contribuem para a microbacia do rio do Sul e a bacia do rio Itaúnas. Além disso, pequenos córregos temporários nascem na UC. Todos são importantes colaboradores para a manutenção da flora e da fauna silvestres e, ao mesmo tempo, ao atravessarem a floresta preservada, melhoram a sua qualidade. Eles também criam cenários de beleza, como a cachoeira da Água Limpa e sua Pedra Tombada, que proporcionam momentos de sensibilização ambiental e bem-estar.
4. A Reserva Biológica do Córrego do Veado é um remanescente significativo da floresta atlântica de tabuleiro, a qual apresenta características florísticas e estruturais únicas, devido a particularidades do relevo local, do solo e do clima. Apesar de ser um fragmento isolado e pequeno, na Mata Atlântica, é considerado prioritário na conservação da biodiversidade. Destaca-se na paisagem por seu porte exuberante, abrigando espécies especiais (raras, endêmicas e ameaçadas).
5. Pelas características singulares e pela alta diversidade ambiental e biológica, a Reserva Biológica do Córrego do Veado proporciona inúmeros benefícios ou serviços ecossistêmicos. Dentre eles, podem-se citar a melhoria da qualidade da água dos córregos que atravessam a Reserva, o abastecimento da comunidade do entorno, os agentes polinizadores, o controle biológico natural de pragas e a melhoria do clima local.

## RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS

Os recursos e valores fundamentais são afirmações baseadas em características, espécies, sistemas, processos, experiências, histórias, cenas, sons, cheiros e outros atributos da UC. Estão intimamente ligados ao ato legal de criação da UC e são mais específicos que as declarações de significância.

Uma das responsabilidades mais importantes dos gestores de UC é garantir a conservação e o desfrute público das qualidades que são essenciais (fundamentais) para atingir o propósito da UC e manter sua significância. Essas qualidades são os recursos e valores fundamentais, que serão levados em conta, prioritariamente, durante os processos de planejamento e manejo porque são essenciais para atingir o propósito da UC e manter sua significância. Se os recursos e valores fundamentais forem degradados, o propósito e significância da UC podem estar em risco.

Os seguintes cinco recursos e valores fundamentais foram identificados para a RBCV, os quais possuem uma palavra-chave que resume e identifica seu enunciado, como se segue:

- 1. Floresta de Tabuleiro – essência da Reserva Biológica do Córrego do Veado:** A floresta atlântica de tabuleiro, submetida a uma condição de menos chuva e menor umidade, tem estrutura que se alterna entre ambientes abertos e fechados, com as áreas de muçununga (floresta baixa e aberta) e os nativos (ambientes campestres), ecossistemas únicos desta porção da Mata Atlântica, traduz a própria essência Reserva Biológica, com alta riqueza de espécies, muitas novas, endêmicas e raras. Dentre elas, algumas estão ameaçadas de extinção.
- 2. Biodiversidade em destaque:** A biodiversidade existente na Reserva Biológica do Córrego do Veado faz dela um local especial, que ainda oferece condições para a existência de espécies que vão do grande porte até aquelas que escapam do olhar menos treinado. Sua fauna e sua flora ainda são representativas da floresta atlântica de tabuleiro. A queixada (*Tayassu pecari*), o murucutu-de-barriga-amarela (*Pulsatrix koeniswaldiana*) e o urubu-rei (*Sarcoramphus papa*) ocorrem na Reserva, e árvores gigantes sobressaem nas caminhadas, como o jequitibá-rosa (*Cariniana* sp.), o imbirema (*Couratari asterotricha*) e o gonçalo-alves (*Astronium concinnum*). A biodiversidade ainda pode ser descrita, como as plantas arariba-vermelha (*Simira glazielae*), espécie recém-descrita, e o culmaniodendro (*Kuhlmanniodendron apterocarpum*), gênero novo, ambas descobertas recentemente na Reserva.
- 3. Herbívoros – animais que mantêm a floresta viva:** Refúgio de grandes herbívoros, a Reserva Biológica do Córrego do Veado conta com diversas espécies cujo papel é contribuir na dispersão e predação de sementes, ciclagem e fontes de nutrientes, aeração dos solos, moldagem da paisagem em escala local, além de servirem de alimento para outras espécies. Em função do grande porte, a anta (*Tapirus terrestris*) se sobressai entre estes animais que garantem a floresta viva. Pequenos herbívoros, como a paca (*Cuniculus paca*) e a cutia (*Dasyprocta leporina*) também têm moradia na Reserva e contribuem na manutenção da floresta viva.
- 4. Água e vida:** Bem essencial para a vida, a água da drenagem da Reserva Biológica do Córrego do Veado se sobressai localmente, sendo uma das mais importantes fontes de água doce na região. Apesar de pequenas, as nascentes da UC contribuem para a recarga dos cursos maiores, que atravessam sua área, e outros que a limitam. A água é responsável, na Reserva, pela riqueza de espécies da fauna e da flora dos ambientes florestais, que se destacam em abundância no norte do ES, razão da criação da UC, assim como garante o uso da terra pelas populações humanas que ali se fixaram.
- 5. Fragmento-ilha – um testemunho:** Localizada em uma região bastante ocupada, a área que constitui a Reserva Biológica do Córrego do Veado é o mais importante remanescente que se tornou uma ilha de ecossistemas florestais, que transmite sensações e lembranças boas do que antes caracterizava todo o norte do Espírito Santo. Paisagem e valores que fazem parte do repertório popular, o

fragmento-ilha, além desse seu serviço ecossistêmico de bem-estar social, se desdobra como fonte de sensibilização e educação ambiental, bem como destino inigualável para pesquisas diversas.

## **PARTE 2: COMPONENTES DINÂMICOS**

Os componentes dinâmicos de um PM incluem os subsídios para interpretação ambiental, o levantamento das necessidades de dados e planejamento, a análise dos recursos e valores fundamentais, a identificação das questões-chave e a priorização das necessidades de dados e de planejamento. Esses componentes são dinâmicos, porque irão mudar com o tempo. Os subsídios para interpretação ambiental serão avaliados e atualizados para sua inserção em um plano de interpretação da UC. Também, à medida que as condições e tendências dos recursos e valores fundamentais mudarem com o tempo, a análise da necessidade de dados e planejamento precisará ser revisitada e revisada, juntamente com as questões-chave. Portanto, essa parte do PM será atualizada periodicamente.

### **SUBSÍDIOS PARA INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL**

Os subsídios para a interpretação ambiental são descritos e comunicados ao público como percepções-chave ou conceitos que eles devem entender sobre a UC. Os subsídios derivam e devem refletir o propósito da UC, a sua significância, bem como os seus recursos e valores fundamentais. Tais subsídios para interpretação ambiental devem revelar e esclarecer significados, conceitos, contextos e valores representados pelos recursos da UC. Os subsídios devem ser precisos e ter rebatimento nos setores científicos e educacionais atuais.

Os subsídios para a interpretação ambiental reúnem conceitos e mensagens relevantes sobre a UC que devem ser comunicados ao público. Como mencionado, os subsídios devem refletir o propósito, a significância e os recursos e valores fundamentais da UC. São elementos que serão utilizados nos diversos meios de comunicação da UC com a sociedade e, futuramente, subsidiarão a elaboração do plano de interpretação ambiental com o objetivo de revelar e esclarecer significados, contextos e valores representados pelos recursos da UC. Eles incentivam a exploração do contexto em que eventos ou processos naturais e históricos ocorreram, bem como os seus efeitos.

A interpretação ambiental permite forjar as conexões intelectuais e emocionais entre as pessoas e os recursos da UC. Por isso, os subsídios para interpretação ambiental não se referem à mera descrição do evento ou processo, mas sim oferecem elementos que serão utilizados para promover múltiplas oportunidades de vivenciar a UC e enriquecer a experiência de visita. Eles ajudam a explicar por que a história da UC é relevante para as pessoas, que podem não saber das conexões que possuem com um dado acontecimento, tempo ou local associado com a UC. Uma das maneiras de conquistar a atenção das pessoas é por meio de histórias significativas. As histórias atravessam gerações e podem conectar as pessoas intelectual e emocionalmente.

Os subsídios para interpretação ambiental darão suporte posterior à elaboração do plano interpretativo da UC, documento específico, no qual os subsídios serão complementados e no qual serão desenvolvidos os temas interpretativos e as mensagens principais a serem transmitidas aos diferentes públicos da RBCV.

Foram identificados cinco conteúdos para a interpretação ambiental da RBCV, como mostrado abaixo:

- 1. Diversidade de contrastes:** A Reserva Biológica do Córrego do Veado revela surpresas nos contrastes de seus ecossistemas. São matas altas, ora abertas, ora fechadas, são matas baixas, sempre abertas – a muçununga. Há campos – os nativos. Tudo pode estar sobre áreas inundadas, mas também secas, sobre solos mais profundos e mais rasos, totalmente arenosos. Encontram-se plantas fixadas no chão e outras flutuando na água. Essa é a diversidade do tesouro contido na Reserva.
- 2. Avifauna – as vozes e os sons da floresta:** Representando a maior riqueza de espécies da Reserva Biológica do Córrego do Veado, as aves contam a história da floresta, seja na voz, seus cantos, seja nos movimentos, seus voos, bem como nas suas exuberantes cores. A história pode ser contada,

cantada e ouvida do chão ao topo das copas. Esse é o voo da certeza da liberdade e da segurança do viver na Reserva Biológica.

- 3. Os sentimentos da água:** A água, crucial para a vida, também surpreende na Reserva Biológica do Córrego do Veado. Alguns córregos vêm e vão para longe, passando um tempo dentro da UC. Outros a têm como local de nascimento. Correm calmos, serpenteando e abrindo caminhos na floresta. Um outro, o Água Limpa, acelera e pula do alto de uma pedra, formando sua cachoeira, a qual conecta os seres humanos com a natureza conservada, despertando sensações de alegria, pureza, frescor e contentamento pelo simples e belo.
- 4. Uma floresta de sensações:** O caminhar na floresta atlântica de tabuleiro nunca é o mesmo. Quando você se dispõe a senti-la, uma breve caminhada lhe trará sensações e sentimentos diversos ao passar por árvores exuberantes, como o jequitibá (*Cariniana legalis*) e a braúna (*Melanoxylum brauna*), com seus troncos de diferentes texturas, ou ao se deparar com frutos de cores vibrantes, como os do paraju (*Manilkara bella*) e do curubixá (*Micropholis crassipedicellata*). O sol filtrado pela floresta ilumina o caminho, que pode trazer ainda cheiros inusitados e o barulho da água descendo nos córregos. Acredite, cada caminhada lhe trará novas descobertas e um sentimento cada vez maior de valorização da floresta.
- 5. Um pequeno reduto para os grandes:** À primeira vista parece uma pequena floresta, mas não se engane! Ao olhar mais atento, ela se mostra imponente com sua diversidade de espécies vegetais, que produzem frutos coloridos, carnosos e suculentos, capazes de alimentar grandes animais, como a anta (*Tapirus terrestris*) e a queixada (*Tayassu pecari*). A importância e a fragilidade deste ambiente único, na região, caminham juntas, e o seu cuidado pode mantê-lo vivo.

## LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE DADOS E PLANEJAMENTOS

Uma vez identificados os componentes fundamentais da RBCV (Parte 1), é importante relacionar e avaliar a informação existente sobre os recursos e valores fundamentais da UC e desenvolver uma análise completa das necessidades de dados e de planejamento. A avaliação das necessidades de dados e planejamento delinea questões-chave em planejamento, os projetos que irão contemplar tais questões e os requisitos de informação listados, como é o caso, por exemplo, de inventário de recursos e coleta de dados, inclusive dados no contexto de um sistema de informações geográficas (SIG).

Há três passos na avaliação dos recursos e valores fundamentais, os quais levam às necessidades de dados e às necessidades de planejamento, bem como à identificação de prioridades para sua execução. Os passos são os listados a seguir:

- Análise de cada recurso e valor fundamental identificado, especificando: i) as necessidades de dados e ii) as necessidades de planejamento.
- Identificação de questões-chave, com a respectiva indicação de: i) necessidades de dados e ii) necessidades de planejamento.
- Priorização desses dois aspectos diagnosticados, incluindo, no caso das necessidades de dados, e quando cabem, atividades de mapeamento espacial ou mapas na plataforma SIG.

Todos os aspectos identificados nesta seção são destinados a proteger os recursos e valores fundamentais, a importância e a finalidade da UC, além de abordar questões-chave, adicionais no enfrentamento dos problemas elencados. A análise de recursos e valores fundamentais e a definição de questões-chave conduzem, amparam e são a base da identificação dos dois aspectos diagnosticados, como dito acima, as necessidades de dados e as necessidades de planejamento.

## ANÁLISE DOS RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS

A análise de recursos e valores fundamentais contém um diagnóstico rápido, que aponta as condições atuais, tendências, ameaças, necessidades de dados e as necessidades de planejamento do recurso ou valor identificado na oficina de finalização do PM.

Uma das responsabilidades mais importantes da equipe da UC é garantir a conservação e o desfrute público das qualidades que são essenciais (fundamentais) para atingir o propósito da UC e manter sua significância. Essas qualidades são os recursos e valores fundamentais, que serão levados em conta, prioritariamente, durante os processos de planejamento e manejo, porque são essenciais para atingir o propósito da UC e manter sua significância. Se os recursos e valores fundamentais forem degradados, o propósito e a significância da UC podem estar em risco.

Os valores e recursos fundamentais, identificados por uma palavra-chave, foram desenvolvidos pelos participantes em trabalho de grupo. Eles contêm um enunciado, cujos aspectos abordados devem estar contemplados nas respectivas análises. Como foram identificados cinco valores e recursos fundamentais para a RBCV, assim como duas questões-chave e os respectivos contextos de avaliação são mostrados a seguir (Quadros 2, 3, 4, 5, 6 e 7).

Quadro 2 – Floresta de Tabuleiro, como recurso e valor fundamental da Reserva Biológica do Córrego Grande, sua análise e as respectivas necessidades de dados e de planejamento.

<b>FLORESTA DE TABULEIRO</b>	
<b>Condições atuais</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• A situação de conservação parece estável.</li><li>• Condições de seca acentuada nos últimos anos parece ter diminuído a umidade.</li><li>• Há trechos em recuperação e trechos bem conservados.</li><li>• Há claros sinais de efeito de borda e outros da fragmentação.</li><li>• Fragmentos do entorno encontram-se muito degradados.</li></ul>
<b>Tendências</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• A regeneração de áreas pode se tornar mais lenta.</li><li>• As mudanças climáticas podem acelerar a degradação da floresta.</li><li>• O efeito de borda pode atingir áreas mais internas, que estão mais conservadas.</li><li>• Diminuição da conectividade do entorno com a RBCV.</li></ul>
<b>Ameaças</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ocorre retirada de palmito em pequena escala.</li><li>• Incêndios.</li><li>• Caça.</li><li>• Retirada de água no entorno, acima da vazão dos córregos que cortam a RBCV.</li><li>• Aporte de agrotóxicos do entorno nos córregos que entram na RBCV.</li></ul>
<b>Necessidades de dados e/ou sistema de informação geográfica (SIG)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Avaliação de possíveis alterações do microclima do interior da mata e das suas bordas.</li><li>• Estudos de fragmentação de habitats que apontem medidas urgentes de intervenção.</li><li>• Avaliação da conectividade dos fragmentos do entorno com a RBCV.</li><li>• Estudos de vazão e qualidade de água.</li></ul>
<b>Necessidades de planejamento</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Plano de proteção.</li><li>• Plano de compartilhamento de responsabilidade da gestão da água.</li></ul>

Quadro 3 – Biodiversidade em Destaque, como recurso e valor fundamental da Reserva Biológica do Córrego Grande, sua análise e as respectivas necessidades de dados e de planejamento.

<b>BIODIVERSIDADE EM DESTAQUE</b>	
<b>Condições atuais</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Parece que algumas espécies desapareceram da RBCV e que outras diminuíram.</li></ul>

<b>BIODIVERSIDADE EM DESTAQUE</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A RBCV ainda tem espécies a serem descritas, ou seja, tem potencial para a descoberta de espécies novas.</li> <li>• A Reserva possui muitas espécies com riscos de extinção que sofrem pressão dentro e fora da UC.</li> <li>• Algumas espécies arbóreas estão com mortalidade acentuada.</li> <li>• Aumento rápido do número de cupinzeiros e formigueiros no RBCV.</li> </ul>
	<b>Tendências</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Queda na riqueza de espécies.</li> <li>• Aumento da extinção de espécies.</li> <li>• A perda drástica da quantidade e da qualidade da água pode inviabilizar a vida na RBCV.</li> <li>• Agravamento no <i>status</i> de ameaça de espécies.</li> </ul>
	<b>Ameaças</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caça.</li> <li>• Incêndios.</li> <li>• Abuso no uso da água.</li> </ul>
	<b>Necessidades de dados e/ou sistema de informação geográfica (SIG)</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos da estabilidade da população de espécies indicadoras de qualidade ambiental da UC.</li> <li>• Estudos complementares do levantamento da biodiversidade.</li> <li>• Avaliação das razões da mortalidade e espécies mais afetadas.</li> <li>• Estudos de vazão e qualidade da água.</li> <li>• Avaliação dos efeitos do fogo sobre a biodiversidade, por meio de indicadores.</li> </ul>
	<b>Necessidades de planejamento</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de pesquisa.</li> <li>• Plano de proteção.</li> <li>• Plano de compartilhamento de responsabilidade da gestão da água.</li> </ul>

Quadro 4 – Herbívoros, como recurso e valor fundamental da Reserva Biológica do Córrego Grande, sua análise e as respectivas necessidades de dados e de planejamento.

<b>HERBÍVOROS</b>	
	<b>Condições atuais</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presença de populações de grandes herbívoros na UC.</li> <li>• As populações estariam sofrendo com o pequeno tamanho e com o isolamento da RBCV.</li> <li>• Há conflitos entre vizinhos e grandes herbívoros da UC, que se alimentam de cultivos.</li> <li>• A RBCV consegue sustentar grandes herbívoros, pois tem espécies que produzem grandes frutos.</li> <li>• Tudo indica que o veado desapareceu da área da RBCV.</li> </ul>
	<b>Tendências</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A perda de qualidade ambiental da RBCV pode levar à perda de espécies de grandes herbívoros.</li> <li>• A dificuldade na conectividade da UC com fragmentos do entorno pode levar à perda de espécies de grandes herbívoros.</li> <li>• Acirramento de conflitos entre vizinhos e a RBCV.</li> <li>• Perda na riqueza de espécies.</li> </ul>
	<b>Ameaças</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incêndios.</li> <li>• Caça.</li> <li>• Escassez de água.</li> <li>• Ataque da fauna por cachorros domésticos.</li> <li>• Contaminação da água e do solo por agrotóxicos.</li> </ul>
	<b>Necessidades de dados e/ou sistema de informação geográfica (SIG)</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos populacionais dos grandes herbívoros.</li> <li>• Estudos de viabilidade da população de espécies-chave (queixada e anta).</li> <li>• Identificação das principais interações entre grandes herbívoros e flora.</li> <li>• Levantamento da situação real da existência / extinção local do veado.</li> </ul>

<b>HERBÍVOROS</b>
<b>Necessidades de planejamento</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de manejo de espécie-indicadora.</li> <li>• Programa de sensibilização dos vizinhos acerca da importância dos grandes herbívoros.</li> <li>• Plano de proteção.</li> </ul>

Quadro 5 – Água e Vida, como recurso e valor fundamental da Reserva Biológica do Córrego Grande, sua análise e as respectivas necessidades de dados e de planejamento.

<b>ÁGUA E VIDA</b>
<b>Condições atuais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A água é o recurso mais crítico da UC, que depende do entorno.</li> <li>• A RBCV enfrenta escassez de água.</li> <li>• A demanda de água não é equilibrada e nem justa no entorno.</li> <li>• Os cursos d'água da UC são bem distribuídos na UC, inclusive nascentes, mas sozinhas não sustentam a UC.</li> <li>• A qualidade da água no limite e que corta a RBCV apresenta baixa qualidade.</li> </ul>
<b>Tendências</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuição da vazão dos cursos d'água e da sua qualidade.</li> <li>• Aumento da intermitência dos córregos que nascem na UC.</li> <li>• Influência negativa no microclima da mata.</li> <li>• Acirramento dos conflitos devido à falta de gestão da água.</li> </ul>
<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Retirada da água no entorno acima da vazão.</li> <li>• Abuso no uso da água no entorno.</li> <li>• Aporte de agrotóxicos do entorno nos córregos que entram na RBCV.</li> <li>• Ausência de APP no entorno, ao longo dos cursos d'água.</li> </ul>
<b>Necessidades de dados e/ou sistema de informação geográfica (SIG)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudo de longo prazo sobre a vazão dos principais cursos d'água.</li> <li>• Organizar os dados existentes sobre as questões que afetam a água na RBCV.</li> <li>• Avaliação periódica da qualidade da água que entra na UC.</li> </ul>
<b>Necessidades de planejamento</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de compartilhamento de responsabilidade da gestão da água.</li> <li>• Plano de proteção.</li> <li>• Plano de sensibilização ambiental para uso consciente da água.</li> </ul>

Quadro 6 – Fragmento-ilha, como recurso e valor fundamental da Reserva Biológica do Córrego Grande, sua análise e as respectivas necessidades de dados e de planejamento.

<b>FRAGMENTO-ILHA</b>
<b>Contexto da avaliação</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A RBCV é o único fragmento significativo que restou da floresta atlântica de tabuleiro.</li> <li>• A RBCV possui valor paisagístico para a região.</li> <li>• A RBCV oferece bem-estar, conforto visual como área-testemunho da floresta atlântica de tabuleiro.</li> <li>• O fragmento de ambiente natural faz da RBCV uma fonte para a visitação com objetivo educacional.</li> </ul>
<b>Tendências</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A UC, como fragmento-ilha, pode se degradar de modo que seu reconhecimento pode ser perdido.</li> <li>• A RBCV pode perder sua capacidade de oferecer este serviço ecossistêmico.</li> <li>• A RBCV pode perder sua qualidade paisagística pelo isolamento ao qual está submetido.</li> </ul>
<b>Ameaças</b>

FRAGMENTO-ILHA
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incêndios.</li> <li>• Escassez de água.</li> <li>• Caça.</li> <li>• Mudanças climáticas.</li> </ul>
<b>Necessidades de dados e/ou sistema de informação geográfica (SIG)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudo de valoração da RBCV como fragmento-ilha.</li> <li>• Levantamento de potenciais parceiros para implantação de sensibilização e visitação com objetivo educacional.</li> </ul>
<b>Necessidades de planejamento</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de sensibilização e educação ambiental.</li> <li>• Plano de comunicação.</li> <li>• Programa de visitação com cunho educacional.</li> <li>• Plano de proteção.</li> </ul>

### QUESTÕES-CHAVE

Uma questão-chave descreve uma agressão (como mudança climática, crescimento da população, espécies invasoras e uso por visitantes) ou um gargalo de gestão para efetiva consolidação da UC, que são influências importantes a considerar ao descrever a condição atual dos recursos da UC e como ela é manejada. De forma complementar à análise dos recursos e valores fundamentais, uma questão-chave pode não estar diretamente relacionada a uma declaração de significância e ao propósito da UC, mas pode ser diretamente afetada por eles. Geralmente uma questão-chave é um problema que pode ser abordado por um esforço de planejamento futuro, captação de dados ou ação de manejo e que exige uma decisão da equipe da UC.

Quadro 7 – Questões-chave identificadas para a Reserva Biológica do Córrego do Veado, sua análise e as respectivas necessidades de dados e planejamentos.

QUESTÃO-CHAVE: NECESSIDADE DE DADOS E PLANEJAMENTOS
<b>Questão-chave 1: Equipe Muito Reduzida</b>
<b>Necessidade de dados e/ou sistema de informação geográfica (SIG)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diagnóstico da situação.</li> <li>• Levantamento de potenciais parceiros.</li> </ul>
<b>Necessidade de planejamento</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nenhuma indicação.</li> </ul>
<b>Questão-chave 2: Inexistência do Conselho Consultivo</b>
<b>Necessidade de dados e/ou sistema de informação geográfica (SIG)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nenhuma indicação.</li> </ul>
<b>Necessidade de planejamento</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nenhuma indicação.</li> </ul>

### PRIORIZAÇÃO DAS NECESSIDADES DE DADOS E PLANEJAMENTOS

Para manter a conexão com os elementos básicos do PM, as necessidades de dados e planejamento listadas a seguir estão diretamente relacionadas à proteção de recursos e valores fundamentais, significância e propósito da RBCV. Para realizar com êxito um plano específico, podem ser necessárias informações de fontes, tais como inventários, estudos, atividades de pesquisa e análises para fornecer conhecimento adequado dos recursos da UC e informação aos visitantes. Essas fontes de informação foram identificadas como necessidades de dados.

A priorização das necessidades de dados e planejamento inicialmente foi realizada na oficina de finalização do PM, por meio da junção de alguns itens que tratassem do mesmo assunto. Após este primeiro agrupamento, foi solicitado que os participantes da oficina votassem em três prioridades.

Observe-se que as necessidades de dados e de planejamento que não foram votadas não aparecem nos resultados e que, portanto, não entraram nas totalizações das prioridades alta, média e baixa.

A votação (escolha) das necessidades de dados foi feita com base no atendimento dos seguintes critérios (usados como perguntas de orientação da decisão de escolha/voto):

- Sua escolha auxilia na mudança do curso de uma tendência observada no RVF e em uma questão-chave?
- Existe a oportunidade para a elaboração e a implementação do levantamento de dados?

O Quadro 8 mostra a consolidação final da priorização das necessidades de dados apontadas pelos grupos de participantes na oficina de finalização do PM.

Quadro 8 – Priorização relacionada às necessidades de dados identificadas para os recursos e valores fundamentais e para as questões-chave da Reserva Biológica do Córrego do Veado.

<b>Valor e Recurso Fundamental / Questão-chave</b>	<b>Necessidade de Dados e Sistema de Informação Geográfica (SIG)</b>	<b>Prioridade</b>
Biodiversidade / Água e Vida	Estudos de vazão e avaliação periódica da qualidade da água dos principais cursos d'água, organizando os dados existentes na UC sobre as questões que afetam a água	<b>Alta</b>
Floresta de tabuleiro	Estudos de fragmentação de habitats que apontem medidas urgentes de intervenção	<b>Alta</b>
Água e vida	Organizar os dados existentes sobre as questões que afetam a água na RBCV	<b>Alta</b>
Fragmento-ilha	Levantamento de potenciais parceiros para implantação de sensibilização e visitação com objetivo educacional	<b>Alta</b>
Equipe muito reduzida	Levantamento de potenciais parceiros	<b>Alta</b>
Floresta de tabuleiro	Avaliação da conectividade dos fragmentos do entorno com a RBCV	<b>Média</b>
Herbívoros	Estudos populacionais dos grandes herbívoros (02 pontos)	<b>Média</b>
Herbívoros	Estudos de viabilidade da população de espécies-chave (queixada e anta)	<b>Média</b>
Floresta de tabuleiro	Avaliação de possíveis alterações do microclima do interior da mata e das suas bordas	<b>Baixa</b>
Biodiversidade	Estudos complementares do levantamento da biodiversidade	<b>Baixa</b>
Biodiversidade	Avaliação dos efeitos do fogo sobre a biodiversidade por meio de indicadores	<b>Baixa</b>
Fragmento-ilha	Estudo de valoração da RBCV como fragmento-ilha	<b>Baixa</b>
Equipe muito reduzida	Diagnóstico da situação	<b>Baixa</b>

Por sua vez, a votação (escolha) das necessidades de planejamento foi feita com base no atendimento dos seguintes critérios (usados como perguntas de orientação):

- Sua escolha está relacionada aos RVF e / às questões-chave mais críticos(as) / graves para a conservação da RBCV?
- Sua escolha auxilia na mudança de curso de uma tendência observada no RVF e em uma questão-chave?

O quadro 9 mostra a consolidação final da priorização das necessidades de planejamento apontadas pelos grupos de participantes na oficina de finalização do PM.

Quadro 9 – Priorização relacionada às necessidades de planejamento identificadas para os recursos e valores fundamentais e para as questões-chave da Reserva Biológica do Córrego do Veado.

Valor e Recurso Fundamental / Questão-chave	Necessidade de Planejamento	Prioridade
Floresta de tabuleiro	Plano de compartilhamento de responsabilidade da gestão da água	Alta
Herbívoros / Água e Vida	Programa de sensibilização dos vizinhos acerca da importância dos grandes herbívoros; uso consciente da água, entre outros	Alta
Floresta de tabuleiro	Plano de proteção	Média
Fragmento-ilha	Programa de uso público (visitação com objetivo educacional)	Baixa
Biodiversidade	Plano de pesquisa	Baixa

Comparando-se os resultados da priorização, para os valores e recursos fundamentais, bem como para as questões-chave, após a sua consolidação final, têm-se que foram diagnosticados dezoito elementos, sendo que as prioridades alta e baixa (com sete escolhas, cada uma) tiveram a mesma representatividade, 38,90% dos resultados. As situações com média prioridade, com quatro escolhas, correspondem a 22,20% do total dos resultados (Quadro 10).

Quadro 10 – Consolidação da priorização das necessidades de dados e de planejamento relativas aos recursos e valores fundamentais e às questões-chave da Reserva Biológica do Córrego do Veado.

CONTEXTO DA AVALIAÇÃO	PRIORIDADE ALTA	PRIORIDADE MÉDIA	PRIORIDADE BAIXA
Necessidades de dados	05	03	05
Necessidades de planejamento	02	01	02
<b>TOTAL = 18</b>	<b>07 = 38,90%</b>	<b>04 = 22,20%</b>	<b>07 = 38,90%</b>

### **PARTE 3: COMPONENTES NORMATIVOS**

#### **ZONEAMENTO DA RESERVA BIOLÓGICA DO CÓRREGO DO VEADO**

O zoneamento constitui um instrumento de ordenamento territorial, usado como recurso para se atingir melhores resultados no manejo de uma UC, pois identifica áreas com características naturais similares e finalidades que podem ser ou não complementares. Ao mesmo tempo, o zoneamento estabelece usos diferenciados para cada zona, segundo seus objetivos. Obter-se-á, dessa forma, maior proteção, pois cada zona será manejada seguindo-se as definições e normas para elas estabelecidas.

Após décadas de aplicação, o zoneamento ficou consagrado na Lei do SNUC (Lei nº 9.985, de 18/07/2000), na qual se estabelece que o zoneamento é a definição de espaços territoriais chamados zonas em uma UC, cujos objetivos de manejo e normas específicas buscam proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da UC possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz (Artigo 2º., Inciso XVI).

O zoneamento da RBCV é o resultado das discussões e conclusões a que se chegou na oficina de finalização do PM, que contaram com a experiência e o conhecimento da equipe de planejamento e, em especial, da sua equipe, fundamental na condução e na conclusão do zoneamento. Os trabalhos avaliaram o zoneamento até então vigente e que estabelecido no primeiro PM da UC (Gonçalves, 2000), bem como levaram em conta as contribuições do seminário com pesquisadores (Beserra, 2012) e os trabalhos de revisão das contribuições e avaliações feitas pelos participantes da oficina de finalização do PM, consolidadas, completadas e detalhadas pela equipe de planejamento (COMAN e RBCV).

Como mencionado antes, a RBCV possui ZA, legalmente definida, por meio da Portaria (ICMBio) Nº 27, de 15/04/2015. Além da definição dos limites da ZA, tal portaria também definiu e aprovou as normas e

atividades para o seu funcionamento, ou seja, para a atuação do ICMBio nesse território do entorno da RBCV, que está retratado no mapa do seu zoneamento no presente PM.

A RBCV foi dividida em três zonas internas, como mostrado no mapa do zoneamento, adiante. As zonas internas são: 1) zona de Preservação; 2) zona de Conservação e 3) zona de Uso Moderado. Observe-se que o complexo administrativo da RBCV e demais estruturas e atividades da visitação com objetivo educacional estão inseridas na zona de Uso Moderado.

A zona de Preservação ocupa 615,40ha, respondendo por 25,73% da área da Reserva; a zona de Conservação abrange 831,56ha, equivalendo a 34,76% do total da Reserva, e a zona de Uso Moderado, a maior zona da UC, corresponde a 945,04ha, ou seja, 39,51% da UC.

As zonas que compõem a RBCV estão descritas abaixo, dividida em: i) definição; ii) descrição da zona e iii) normas a serem adotadas nas áreas. Os trabalhos têm como referência os arquivos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), compatível com a escala 1:100.000, referenciadas no sistema de coordenadas geográficas, utilizando o *datum* SIRGAS 2000, no qual foram gerados os produtos de geoprocessamento com a utilização do software ArcGis versão 10.5. As trilhas e estradas internas foram obtidas a partir de levantamento feito com GPS, em trabalho de campo realizado em setembro de 2018. Para informações sobre vegetação e localização de outras feições relevantes para o zoneamento, foram utilizadas imagens do *software* GoogleEarth e do Ortofotomosaico ES - 2012 – 2015, disponibilizados pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA/ES). O Ortofotomosaico 2012/2015 é um produto cartográfico digital de escala 1:10.000 PEC "A", de resolução espacial de 0,25m, elaborado a partir de um levantamento aerofotogramétrico digital (escala de 1:41.000 no CCD), realizado entre 2012 e 2015, georreferenciado no Sistema de Projeção UTM, *datum* SIRGAS2000, zona 24S.

## **ZONA DE PRESERVAÇÃO**

A zona de Preservação (ZOP) é a zona onde os ecossistemas existentes permanecem o mais preservado possível, não sendo admitidos usos diretos de quaisquer naturezas. Deve abranger áreas sensíveis e aquelas onde os ecossistemas se encontram sem ou com mínima alteração, nas quais se deseja manter o mais alto grau de preservação, de forma a garantir a manutenção de espécies, os processos ecológicos e a evolução natural dos ecossistemas. O objetivo geral de manejo da ZOP é a manutenção de um ou mais ecossistemas com o grau máximo de preservação, servindo de fonte de repovoamento para as outras zonas da UC.

### **Descrição da Zona**

Ocupa a área centro-sul da RBCV, entre a margem direita do córrego Taquaral, ao norte, cruzando, rumo sul, o córrego do Veado, o córrego do Jabuti e o córrego Água Limpa, até próximo ao córrego das Moças, ao sul, onde faz limite com a zona de Uso Moderado.

### **Normas**

1. As atividades permitidas na zona de Preservação (ZOP) são proteção, pesquisa, monitoramento ambiental e recuperação ambiental, preferencialmente de forma natural.
2. A visitação não é permitida, qualquer que seja a modalidade.
3. É permitida a instalação eventual de infraestrutura física, quando for estritamente necessária às ações de busca e salvamento, contenção de erosão e deslizamentos, bem como outras imprescindíveis à proteção da zona, as quais devem ser removidas tão logo as ações sejam concluídas.
4. No caso de pesquisas, serão permitidos pernoites com acampamentos simples e temporários.
5. É permitida a abertura de trilhas e picadas necessárias às ações de busca e salvamento, combate aos incêndios, entre outras atividades de proteção e pesquisa.
6. O uso de animais de carga e montaria é permitido nos casos de combate aos incêndios, resgate e salvamento, bem como no transporte de materiais para áreas remotas e de difícil acesso, em situações

excepcionais e imprescindíveis para a proteção da UC, quando considerados impraticáveis outros meios.

7. O trânsito motorizado, desde que compatível com as características do ambiente, será facultado quando indispensável para viabilizar as atividades permitidas na zona.
8. Todo resíduo sólido gerado nessa zona deverá ser destinado para local adequado, conforme orientações e sinalização da UC.

## **ZONA DE CONSERVAÇÃO**

A zona de Conservação (ZOC) é a zona que contém ambientes naturais de relevante interesse ecológico, científico e paisagístico, onde tenha ocorrido pequena intervenção humana, admitindo-se áreas em avançado grau de regeneração, não sendo admitido uso direto dos recursos naturais. São admitidos ambientes em médio grau de regeneração, quando se tratar de ecossistemas ameaçados, com poucos remanescentes conservados, pouco representados ou que reúnam características ecológicas especiais, como na zona de Preservação. Seu objetivo geral do manejo é a manutenção do ambiente o mais natural possível.

### **Descrição da Zona**

Ocupa a área centro-sul da RBCV, excetuando-se a área mais central, que constitui a zona de Preservação, fazendo limite com a faixa (buffer) constituída pela zona de Uso Moderado. A área da zona é cortada, de norte para sul, pelo córrego São Roque, córrego Taquaral e parte das nascentes, e córrego do Veado, abrangendo a nascente principal do córrego Tatu Assado, no nordeste da UC. O limite sul da zona é a margem esquerda do córrego Jabuti e margem esquerda do córrego Santo Antônio, no leste.

### **Normas**

9. As atividades permitidas na zona de Conservação (ZOC) são proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação com objetivo educacional, de baixo grau de intervenção<sup>1</sup>, e recuperação ambiental, preferencialmente de forma natural.
10. As atividades permitidas devem prever o mínimo de intervenção e impacto negativo sobre os recursos, especialmente no caso da visitação com objetivo educacional.
11. A visitação com objetivo educacional, de baixo grau de intervenção, deve priorizar as trilhas e os caminhos já existentes, inclusive aqueles pouco visíveis, devido à recuperação, com a possibilidade de abertura de novas trilhas, com o mínimo impacto negativo, quando inexistentes ou para melhorar o manejo e a conservação da área.
12. É permitido pernoite tipo bivaque<sup>2</sup> ou acampamento primitivo<sup>3</sup>.
13. É permitida a instalação de infraestrutura física, quando estritamente necessária às ações de busca e salvamento, contenção de erosão e deslizamentos, segurança do visitante, bem como outras indispensáveis à proteção do ambiente da zona.
14. É permitida a abertura de novas trilhas e picadas necessárias às ações de busca e salvamento, prevenção e combate aos incêndios, entre outras similares, imprescindíveis para a proteção da zona e para pesquisa.
15. Para as atividades de pesquisa, onde se comprove a necessidade de fixação de equipamentos e instalações para o bom desenvolvimento do trabalho, tal previsão deve constar do pedido de autorização da pesquisa e devem ser retirados da área, uma vez findados os trabalhos e quando não for do interesse da UC, devendo ser feita a recuperação ambiental da área, quando cabível.

---

<sup>1</sup> A visitação de baixo grau de intervenção corresponde às formas primitivas (rústicas) de visitação com objetivo educacional que ocorrem em áreas de alto grau de conservação, possibilitando ao visitante experimentar algum nível de desafio, solidão e risco. Os encontros com outros visitantes são improváveis ou ocasionais. A infraestrutura, quando existente, é mínima e tem por objetivo a proteção dos recursos naturais e a segurança do visitante. É incomum a presença de estradas e atividades motorizadas.

<sup>2</sup> Bivaque é o pernoite ao ar livre, com ou sem uso de equipamentos de campismo (barracas, tendas, saco de dormir etc.) e sem nenhuma estrutura permanente associada. Toda a estrutura de acampamento só estará armada, enquanto estiver sendo utilizada para pernoite.

<sup>3</sup> Acampamento primitivo é quando o pernoite pode ser realizado com a utilização ou não de infraestrutura mínima e ações de manejo para assegurar a proteção dos recursos naturais (como demarcação de áreas para instalação de tendas, sanitário seco, tábuas para fixação de barracas etc.).

16. O uso de animais de carga e montaria é permitido em casos de combate aos incêndios, busca e salvamento, bem como no transporte de materiais para áreas remotas e de difícil acesso, em situações excepcionais para a proteção, pesquisa e manejo da visitação com objetivo educacional.
17. O trânsito motorizado, desde que compatível com as características do ambiente, será facultado para viabilizar as atividades de proteção, pesquisa, manejo e monitoramento ambiental.
18. É permitida a instalação de sinalização indicativa ou de segurança do visitante, desde que de natureza primitiva
19. As atividades de visitação com objetivo educacional ocorrerão somente com guiagem, conforme orientação da gestão da UC.
20. Todo resíduo sólido gerado nessa zona deverá ser destinado para local adequado, conforme orientações e sinalização da UC.

## **ZONA DE USO MODERADO**

A zona de Uso Moderado (ZUM) é a zona que contém ambientes naturais ou moderadamente antropizados, admitindo-se áreas em médio e avançado grau de regeneração. O objetivo geral de manejo da zona é a manutenção de um ambiente o mais próximo possível do natural. No caso da RBCV, as áreas classificadas como ZUM abrangem, também, as estruturas e os espaços destinados às atividades de administração.

### **Descrição da Zona**

A zona de Uso Moderado é constituída por uma faixa (*buffer*) ao longo de todo o perímetro da RBCV, contornado todo o limite da zona de Conservação e parte da zona de Preservação. A zona abrange toda a área administrativa da RBCV, as trilhas interpretativas existentes e as manchas de muçununga e nativos no norte e no sudoeste da UC.

### **Normas**

21. As atividades permitidas na ZUM são proteção, visitação com objetivo educacional, pesquisa, monitoramento ambiental e recuperação ambiental.
22. É permitida a instalação de equipamentos facilitadores e a oferta de serviço são permitidas, sempre em harmonia com a paisagem.
23. A construção e a instalação de infraestrutura e outras facilidades (inclusive trilhas) são permitidas para as atividades previstas nessa zona, que sejam indispensáveis às atividades de manejo e gestão e que garantam a proteção dos recursos naturais.
24. As estradas deverão ter boa qualidade e, preferencialmente, ter pavimentação de baixo impacto.
25. Nas áreas de visitação com objetivo educacional poderão ser instalados pontos de descanso, trilhas, sinalização indicativa, sanitários básicos e outras infraestruturas mínimas e de média intervenção<sup>4</sup>.
26. O uso de veículos terrestres motorizados é permitido nas atividades de visitação com objetivo educacional, para os casos de limitação física e para os portadores de deficiência física, nos locais definidos nos planos específicos e outros instrumentos.
27. São permitidas atividades de ciclismo com objetivo educacional, exceto atividades de mountain bike.
28. A coleta e a destinação dos resíduos sólidos (lixo orgânico e inorgânico) gerados e encontrados na ZUM deverão observar a orientação da gestão.
29. É permitido o uso de defensivos agrícolas químicos (agrotóxicos e biocidas) e de espécies exóticas na recuperação ambiental, somente nos estágios iniciais de sucessão e mediante autorização por projeto específico aprovado pelo órgão gestor da UC.

---

<sup>4</sup> Comparando-se com a visitação de médio grau de intervenção, que consta em Crema & Faria (2018) a infraestrutura é mínima ou moderada, tendo por objetivo, além da segurança e a proteção dos recursos naturais, melhorar a experiência e proporcionar comodidade ao visitante, entre as quais têm-se, por exemplo, pontes, pequenas edificações, mirantes, escadas, decks, acampamentos, abrigos, sanitários, estradas com revestimento permeável etc.

## **NORMAS GERAIS DA RESERVA BIOLÓGICA DO CÓRREGO DO VEADO**

### **ANIMAIS SILVESTRES:**

1. A coleta, a apanha e a contenção de espécimes animais, incluindo sua alimentação, serão permitidas para fins estritamente científicos e didáticos, de acordo com projeto devidamente aprovado, mediante avaliação de oportunidade e conveniência, pelo órgão gestor da UC.
2. A manutenção de animais silvestres nativos em cativeiro no interior da UC será permitida, exclusivamente, para fins de implementação de programa de reintrodução na UC ou de translocação para outras áreas.
3. A reintrodução de espécies ou indivíduos, para enriquecimento populacional, da fauna ou flora nativas será permitida mediante projeto técnico-científico específico, autorizado pelo órgão gestor da UC, conforme regulamentação vigente.
4. A soltura de espécime de fauna autóctone será permitida quando a apreensão ocorrer logo após a sua captura no interior da Unidade e/ou entorno imediato, respeitado o mesmo tipo de ambiente.

### **ESPÉCIES EXÓTICAS E ANIMAIS DOMÉSTICOS:**

5. A erradicação de espécies exóticas de fauna e flora na UC, inclusive asselvajadas, deverá ser realizada mediante projeto previamente autorizado pelo órgão gestor.
6. A introdução de espécies exóticas e/ou domésticas, animais e vegetais, na UC é proibida.
7. No caso de espécies vegetais exóticas, essas poderão ser utilizadas nos estágios iniciais de recuperação de áreas degradadas, desde que comprovadamente necessárias e aprovadas em projeto específico.
8. Os arranjos paisagísticos das instalações da UC deverão dar preferência às espécies autóctones.
9. São proibidos o ingresso e a permanência na UC de pessoas acompanhadas de animais domésticos, bem como animais domesticados e/ou amansados, exceto nos casos de pessoas portadoras de deficiência acompanhadas de cão de assistência e casos semelhantes.

### **RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E USO DE AGROTÓXICOS:**

10. É proibida a manobra de aeronaves e máquinas no interior da UC ou mesmo parte delas quando envolvidas na aplicação de defensivos agrícolas químicos (agrotóxicos e biocidas).
11. As ações de contenção dos processos erosivos e recuperação induzida deverão ser precedidas de projeto específico, a ser aprovado pelo órgão gestor da UC, dispensando-se a sua elaboração, quando se tratar de pequenas intervenções nas vias de circulação e outras áreas de visitação com objetivo educacional, a serem executadas direta ou indiretamente pelo ICMBio.

### **PESQUISA CIENTÍFICA:**

12. É permitida a realização de pesquisas, desde que autorizadas na forma da legislação vigente.
13. Todo material utilizado para pesquisas e estudos dentro da UC deverá ser retirado e o local reconstituído após a finalização dos trabalhos, exceto nos casos em que houver interesse da UC na manutenção dos mesmos.

### **VISITAÇÃO:**

14. Os visitantes e os pesquisadores deverão assinar termo de responsabilidade e de conhecimento de riscos sobre os procedimentos e condutas durante a visita à UC, conforme natureza da atividade e avaliação do órgão gestor da UC.
15. Os visitantes e os pesquisadores deverão ser informados sobre as normas de segurança e condutas na UC.
16. A instalação de placas ou quaisquer formas de comunicação visual ou de publicidade e propaganda deverão manter relação direta com as atividades de gestão ou com os objetivos da UC.
17. Até que a UC disponha de projeto de sinalização, é permitida a instalação de sinalização indicativa, de orientação e para a segurança dos visitantes, pesquisadores e funcionários.
18. É permitido aparecer o crédito a parceiros das iniciativas da UC na sinalização de visitação com objetivo educacional, desde que atenda as orientações institucionais.

# ZONEAMENTO DA RESERVA BIOLÓGICA DO CÓRREGO DO VEADO



**Ministério do Meio Ambiente**  
**Instituto Chico Mendes de**  
**Conservação da Biodiversidade**  
 RESERVA BIOLÓGICA DO CÓRREGO DO VEADO

Fonte de dados: IBGE, ICMBio  
 Projeção: UTM Zona 24 S Datum SIRGAS 2000  
 Escala: 1:30.000

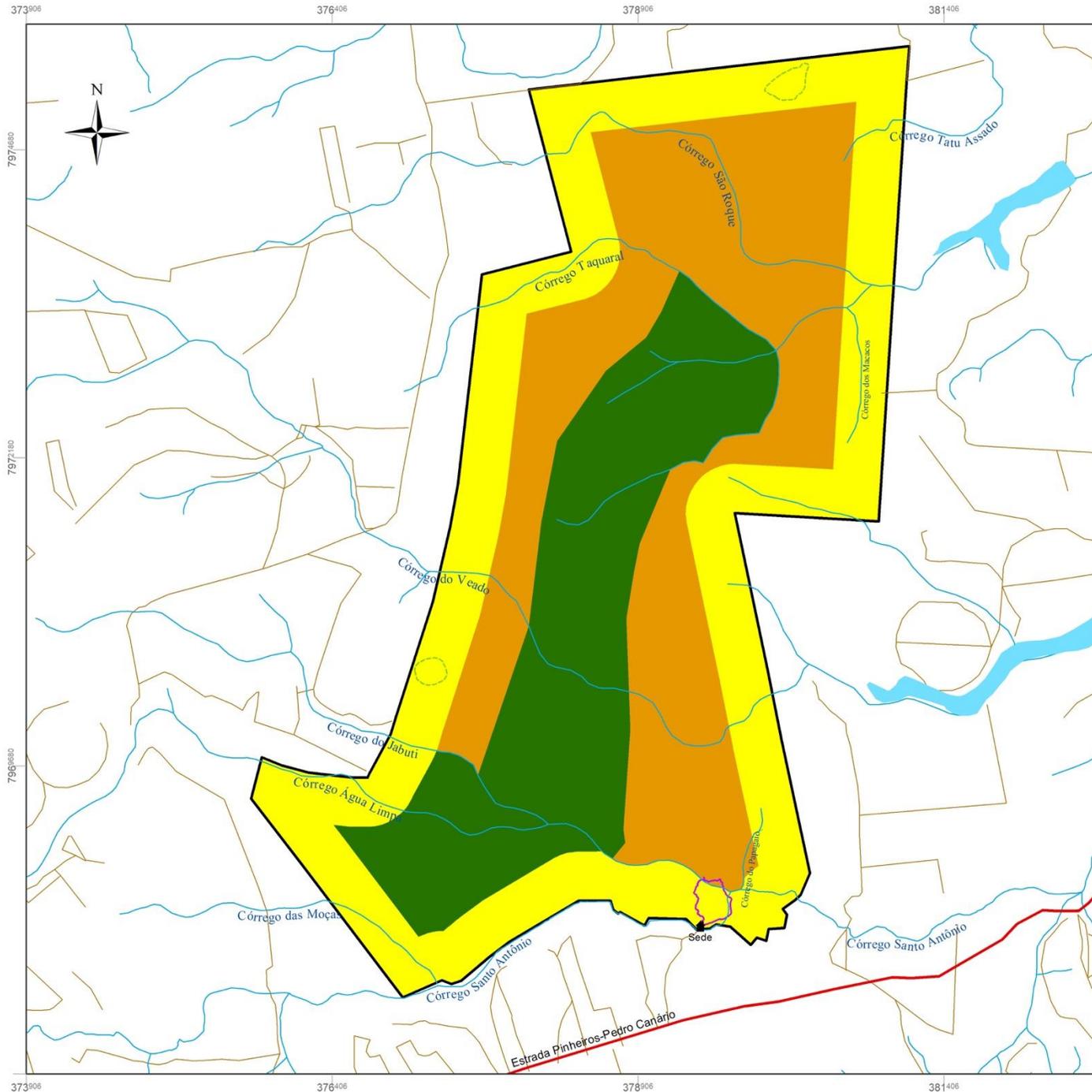
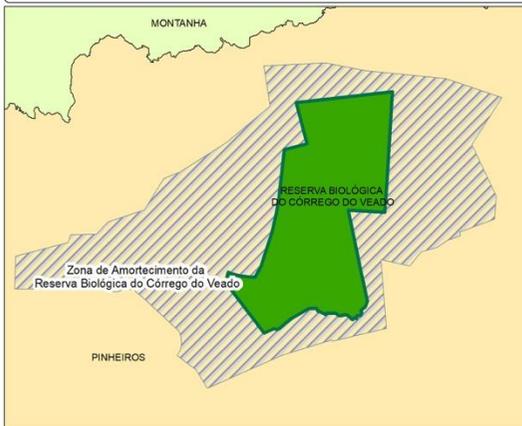
Elaborado por: Katia Regina Aurich  
 Data: março de 2019

## Convenções

- Sede da Reserva Biológica do Córrego do Veado
- Drenagem
- Vias principais
- Vias secundárias
- Trilha da Anta
- Muçununga/nativos (campos)
- Reserva Biológica do Córrego do Veado

## ZONEAMENTO

- Zona de Preservação
- Zona de Conservação
- Zona de Uso Moderado



19. O comércio e o consumo de alimentos e bebidas serão permitidos nas áreas de visitação com objetivo educacional na UC, em locais pré-definidos, conforme planejamentos específicos.
20. A instalação de equipamentos facilitadores e a oferta de serviços relativos à visitação com objetivo educacional são permitidas, sempre em harmonia com a paisagem.

#### **ATIVIDADES E COMPETIÇÕES ESPORTIVAS:**

21. A realização de atividades esportivas poderá ser autorizada pelo órgão gestor da UC, desde que a atividade seja compatível com os objetivos da Unidade e após a avaliação dos impactos negativos da atividade, conforme projeto técnico apresentado previamente pelo interessado.
22. Não são permitidas competições esportivas, motorizadas ou não, tais como corridas de aventura, torneios de esporte de natureza, enduros de regularidade, entre outros.

#### **EVENTOS (RELIGIOSOS, POLÍTICO-PARTIDÁRIOS E OUTROS) E USO DE EQUIPAMENTOS SONOROS:**

23. Eventos diversos (shows, festas, feiras etc.) não são permitidos na UC.
24. Eventos religiosos poderão ser permitidos, desde que não causem impactos ambientais negativos à UC e nem sobre a experiência de visitação com objetivo educacional, sendo necessário seguir a legislação vigente e obter autorização prévia da administração da UC.
25. É proibida qualquer manifestação ou vinculação de propaganda político-partidária no interior da UC, exceto em casos previstos em Lei.
26. Qualquer infraestrutura montada para atender aos eventos autorizados deverá ser retirada ao final das atividades, exceto quando sua permanência for de interesse da UC.
27. O uso de aparelhos sonoros de longo alcance, somente poderá ser autorizado pela administração da UC em situações específicas, que deverá considerar os impactos ambientais negativos, inclusive sobre a visitação com objetivo educacional.
28. A passagem e/ou a permanência de carros de som é vedada no interior da UC.
29. O uso de equipamentos sonoros de pequeno alcance, por exemplo aparelhos de som e instrumentos musicais, fica restrito às atividades de pesquisa ou eventos autorizados pela administração da UC.

#### **USO DO FOGO/FOGUEIRAS/FOGAREIRO:**

30. É proibido o uso de fogo na UC, exceto nas seguintes situações: a) em atividades da UC relativas ao manejo integrado do fogo (MIF).
31. O uso de fogueiras é permitido em casos excepcionais, quando indispensáveis à proteção e à segurança da equipe da UC e de pesquisadores.
32. Não é permitido o uso de fogareiros nas atividades permitidas na RBCV.

#### **INFRAESTRUTURA:**

33. Todas as obras de engenharia ou infraestrutura necessárias à gestão da UC devem considerar a adoção de alternativas de baixo impacto ambiental durante a construção ou reforma, incluindo economia e aproveitamento de materiais, água, energia (aquecimento solar, ventilação cruzada, iluminação natural), disposição e tratamento de resíduos e efluentes, harmonização com a paisagem, de acordo com as diretrizes institucionais vigentes.
34. Toda infraestrutura existente na UC que possa gerar resíduos e efluentes sanitários deverá contar com um sistema de tratamento adequado, evitando a contaminação do solo e dos recursos hídricos.
35. Quando for necessária a instalação ou a melhoria de linha de distribuição de energia dentro da UC, deve ser utilizada a opção que cause menor impacto ambiental negativo e tenha maior harmonia com a paisagem, dando-se preferência à subterrânea e sempre seguindo diretrizes institucionais vigentes.

#### **ESTRADAS E RODOVIAS:**

36. Não é permitida a abertura de cascalheiras e outras áreas de empréstimo na UC, sendo que a recuperação das estradas em seu interior deverá adotar materiais provenientes de fora dos seus limites.

37. Deverão ser adotadas medidas de recuperação e estabilização das áreas de servidão das estradas no interior da UC.
38. Os pisos e pavimentações deverão respeitar as taxas de permeabilidade exigidas para áreas da UC e, sempre que possível, deverão ser modulares e removíveis para facilitar o serviço de manutenção.

#### **TEMAS DIVERSOS:**

39. É proibido entrar na UC portando instrumentos próprios para caça, pesca e exploração de produtos ou subprodutos florestais, tintas spray e similares, ou outros produtos incompatíveis com as condutas em UC ou que possam ser prejudiciais à flora e à fauna, exceto nas seguintes situações: a) atividades inerentes à gestão da área, b) pesquisa e c) outros casos autorizados pela administração.
40. Os horários de funcionamento da UC serão definidos pela sua administração, que os divulgará amplamente.
41. O uso de drones na UC poderá ser permitido mediante autorização do órgão gestor da UC.
42. O subsolo integra os limites da UC, sendo proibida a exploração direta de recursos minerais.
43. São permitidos a derrubada e o aproveitamento de árvores de espécies nativas no interior da UC desde que estas estejam colocando vidas e infraestruturas em risco, respeitadas as disposições da legislação vigente.
44. A ceva é proibida, exceto nos casos de pesquisa autorizada.
45. A utilização dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos no limite da UC deverá obedecer às normas de outorga, com anuência do ICMBio.

#### **ATOS LEGAIS E ADMINISTRATIVOS**

Muitas das decisões de gestão de uma UC são dirigidas ou influenciadas por atos legais e administrativos, muitos dos quais são celebrados com outros órgãos federais, estaduais e locais, empresas de serviços públicos, organizações parceiras, concessionárias de serviços públicos, prestadores de serviços e outras entidades. Os atos legais são requisitos específicos da UC que devem ser cumpridos. Os atos legais podem ser expressos no diploma legal de criação da UC, em legislação distinta após a sua criação ou em processo judicial. Tais atos podem ampliar o propósito da UC ou introduzir elementos não relacionados ao propósito. Os atos administrativos são, em geral, acordos alcançados por meio de processos formais e documentados, como termos de reciprocidade, termos de compromisso, acordos de cooperação e convênios.

Exemplos de atos legais incluem parcerias para pesquisas na UC, servidões, direitos de passagem, arranjos para respostas a serviços de emergência, como incêndios e enchentes, contratos de serviços e contratos de concessão, entre outros. Atos legais e administrativos podem promover, em muitos casos, uma rede de parcerias que ajudam a cumprir os objetivos da UC e facilitar as relações de trabalho com outras instituições. Constituem um componente essencial no manejo e no planejamento da RBCV.

Os atos legais existentes para a RBCV constam de:

- Decreto (estadual, do governo do ES) Nº 55, de 20/09/1948, que criou a Reserva Florestal do Córrego do Veado, com área de cerca de 2.400ha.
- Lei (estadual, do governo do ES) Nº 976, de 10/12/1955, que doou a Reserva Florestal do Córrego do Veado ao governo federal.
- Decreto-lei Nº 87.590, de 20/09/1982, que alterou o nome da UC para Reserva Biológica do Córrego do Veado, unificando todos os documentos da doação, da criação, do nome e da descrição dos limites da RBCV, que passou a ser 1.854ha.
- Decreto Nº 89.569, de 23/04/1984, ratificou os limites da Reserva Biológica do Córrego do Veado e redefine a sua para 2.392ha.
- Portaria (ICMBio) Nº 27, de 15/04/2015, que dispôs sobre a criação da zona de amortecimento da Reserva Biológica do Córrego do Veado, incluindo as normas e as atividades para o seu funcionamento.
- Portaria (ICMBio) Nº 123, de 17/02/2020, que aprovou o presente plano de manejo da Reserva Biológica do Córrego do Veado.

## ANEXO

**ANEXO 1 - Portaria (ICMBio) Nº 123, de 17/02/2020**- que aprovou o presente plano de manejo da RBCV. **O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio)**, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto Nº 8.974, de 24/01/2017, nomeado pela Portaria da Casa Civil Nº 1.690, de 30/04/2019, publicada no Diário Oficial da União de 30/04/2019, RESOLVE:

**Art. 1º** Aprovar o Plano de Manejo da Reserva Biológica do Córrego do Veado, localizada no estado do Espírito Santo, constante no processo nº 02070.006699/2018-51.

**Art. 2º** O texto consolidado do Plano de Manejo da Reserva Biológica do Córrego do Veado será disponibilizado na sede da Unidade de Conservação, no centro de documentação e no portal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na rede mundial de computadores.

**Parágrafo único.** Os arquivos digitais, em formato *shapefile* e kml, com os limites das zonas de manejo da UC serão disponibilizados no portal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na rede mundial de computadores.

**Art. 3º** O Plano de Manejo da Reserva Biológica do Córrego do Veado foi aprovado pelo Comitê Gestor do ICMBio, conforme estabelecido pela Portaria Nº 298, de 26 de junho de 2019.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
HOMERO DE GIORGE CERQUEIRA

## BIBLIOGRAFIA

Aurich, Katia R. & Ferreira, Lourdes M. 2018. **Oficina de Plano de Manejo. Guia do Participante. Reserva Biológica do Córrego do Veado.** Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): Brasília. 68p.

Bertoncello, Ricardo & Pansonato, Marcelo P. 2012. **Plano de Manejo para a Reserva Biológica do Córrego do Veado. Relatório de Vegetação e Flora. Versão Final.** Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): São Sebastião, SP. 39p.

Beserra, Margarene M. L. 2012. **Relatório das Reuniões Abertas para Revisão do Plano de Manejo da Reserva Biológica do Córrego do Veado.** Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): Brasília. 18p.

Beserra, Margarene M. L. 2012. **Relatório do Seminário com Pesquisadores para Revisão do Plano de Manejo da Reserva Biológica do Córrego do Veado.** Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): Brasília. 78p.

Crema, Alan & Faria, Paulo E. P. (Orgs.). 2018. **Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação – ROVUC.** Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): Brasília, 43p.

Galante, Maria Luíza V.; Beserra, Margarene M. L. & Menezes, Edilene de O. (Orgs.). 2002. **Roteiro Metodológico de Planejamento. Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas.** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA): Brasília. 135p. Versão revisada de 2005.

Gonçalves, Maria R. 2000. **Plano de Manejo da Reserva Biológica do Córrego do Veado.** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA): Brasília. 64p.

IBDF. 1979. **Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros**. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF): (Brasília). 12p.

ICMBio. 2017. **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-instituto-destaque>> Acesso em 29/06/2017.

ICMBio. 2018. **Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): Brasília. 147p.

Jorge-Pádua, Maria Tereza & Coimbra-Filho, Ademar F. 1979. **Os Parques Nacionais do Brasil**. Instituto de Cooperação Iberoamericana/Instituto de la Caza Fotográfica y Ciências de la Naturaleza (INCAFO): Madrid. 224p.

Jorge-Pádua, Maria Tereza & Porto, Eduardo Lourenço Rocha (Orgs.). 1979. **Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil**. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)/Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN): Brasília. 107p.

Jorge-Pádua, Maria Tereza; Porto, Eduardo Lourenço Rocha; Borges, Gabriel Cardoso & Beserra, Margarene Maria Lima (Orgs.). 1982. **Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil. II Etapa**. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)/Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN): Brasília. 173p.

Lopes, Márcia R. 2012a. **Plano de Manejo para a Reserva Biológica do Córrego do Veado, Estado do Espírito Santo. Encarte 1. Contextualização da Unidade de Conservação. Versão Final**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): Brasília. 14p.

Lopes, Márcia R. 2012b. **Plano de Manejo para a Reserva Biológica do Córrego do Veado, Estado do Espírito Santo. Encarte 2. Análise da Região da Unidade de Conservação. Versão Final**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): Brasília. 36p.

Lopes, Márcia R. 2012c. **Plano de Manejo para a Reserva Biológica do Córrego do Veado, Estado do Espírito Santo. Encarte 3. Análise da Unidade de Conservação. Versão Final**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): Brasília. 28p.

Manduca, Edmar G. 2012. **Plano de Manejo para a Reserva Biológica do Córrego do Veado. Relatório Temático de Mastofauna. Versão Final**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): Vitória, ES. 30p.

Moscal, Jandaíra dos S. 2012. **Plano de Manejo para a Reserva Biológica do Córrego do Veado, Estado do Espírito Santo. Relatório de Socioeconomia e Áreas Correlatas. Versão Final**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): Araucária, PR. 45p.

Neiva, Alessandro de O. 2018. **Relatório. Oficina de Elaboração do Plano de Manejo da Reserva Biológica do Córrego do Veado**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): Brasília. 83p.

Oliveira, Cleide R. dos A. 2012. **Plano de Manejo para a Reserva Biológica do Córrego do Veado. Relatório Temático de Avifauna. Versão Final**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): Brasília. 43p.